

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE COMÉRCIOS SOBRE O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA-GO.

ANALYSYS OF THE PERCEPTION OF COMMERCIAL OWNERS ON COMMUNITY POLICING IN THE MUNICIPALITY OF FORMOSA-GO.

DA SILVA, Darlan Caetano¹

SANTOS, Nilton de Almeida²

RESUMO

O presente trabalho analisou a percepção dos proprietários de comércio do município de Formosa-GO a partir de seis questões que foram estruturadas em um questionário e submetidas a uma escala de valor do tipo Likert de cinco pontos. Foram aplicados 34 questionários entre os dias 17 de Março e 26 de Abril de 2018 em visita in loco aos estabelecimentos localizados na Rua Visconde de Porto Seguro, na sequência foi realizada uma análise da frequência de respostas obtidas em cada categoria representativa da percepção dos respondentes. Os resultados apontam para um cenário de boa aceitação da forma como vem sendo realizada as estratégias de policiamento comunitário, predominou uma alta concordância frente aos aspectos do policiamento tratados em cinco questões e baixa concordância em uma questão.

Palavras-chave: Policiamento comunitário. Proprietários de comércio. Percepção. Sensação de segurança.

ABSTRACT

The present study analyzed the perception of the commercial owners of the city of Formosa-GO from six questions that were structured in a questionnaire and submitted to a Likert scale of value of five points. A total of 34 questionnaires were applied between March 17 and April 26, 2018, in an on-site visit to the establishments located at RuaVisconde de Porto Seguro, following an analysis of the frequency of responses obtained in each category representative of the respondents' perception. The results point to a scenario of good acceptance of the way in which community policing strategies have been carried out, with a high level of agreement on aspects of policing dealt with in five questions and low agreement on one issue.

Keywords:Community Policing. Trade Owners. Perception. Feeling Safe.

¹Aluno do Curso de Formação de Praças 2017 do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, darlan.silva@pm.gov.br; Formosa – GO, Maio de 2018.

² Professor orientador: Especialista professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, niltonsantosgo@hotmail.com Formosa- GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos proprietários de comércio localizados no município de Formosa-GO sobre o policiamento comunitário, em virtude da importância da participação da sociedade civil na promoção da Segurança Pública. Esta é uma responsabilidade de todos, conforme o arcabouço legal e em razão do próprio medo da violência urbana e a desconfiança nas instituições públicas geram certa perda de harmonia social. Esta nova concepção de segurança busca o equilíbrio na relação das forças de segurança com a sociedade, sendo implantada estrategicamente pelo Estado de Goiás que o instituiu como modelo de segurança comunitária.

A sociedade civil tem manifestado medo da violência urbana e desconfiança quanto ao trabalho dos órgãos de segurança pública, acarretando na perda de harmonia social. As modalidades de crime que afetam o cotidiano das pessoas são múltiplas. Segundo Adorno (2002), a prática de violências, como os homicídios e os roubos, são dois dos crimes que crescem mais rápido no país, espalhando medo e insegurança. Essa realidade exige que as forças de policiamento atinjam níveis de excelência cada vez maiores, visto que o aumento de ações criminosas conturbou a ordem social e impôs novos desafios às forças de segurança pública.

O policiamento comunitário costuma focar, especialmente, o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e a comunidade, visando reduzir o crime e aumentar a segurança (MOORE, 2003). A relação criada por essa tentativa de aproximação é mais uma alternativa que busca superar a sensação de insegurança, é uma forma de fazer com que os indivíduos da comunidade se tornem co-participantes na promoção da segurança pública.

O policiamento comunitário é uma forma de policiamento que começou a ganhar força na América do Norte e na Europa, quando as instituições policiais iniciaram uma série de mudanças em sua estrutura e andamento na forma de encarar o problema da violência urbana. Esta forma de policiamento visa a cooperação entre a comunidade e a polícia, alicerçada no pressuposto que tanto a população local como a polícia devem colocar seus esforços para detectar e reduzir os índices de criminalidade local.

Durante muito tempo a polícia foi criticada devido ao uso exclusivo da força na solução dos conflitos. Hoje a polícia vem evoluindo e, junto com ela, sua forma de oferecer Segurança Pública para a sociedade como um todo. A polícia está mais próxima dos cidadãos. Ela vem se utilizando da dialética, do uso seletivo da força e/ou do uso mínimo desta, a fim de que os problemas possam ser solucionados sem prejuízos e/ou que estes sejam os mínimos possíveis.

O vínculo de cooperação entre a polícia e a população deve-se à necessidade de atender a novos padrões de violência urbana, uma vez que antigos modelos de policiamento já não atendiam a necessidade dos cidadãos. Acredita-se que, com a participação da comunidade nas questões de segurança, todos serão beneficiados com essa nova forma de policiar. Assim, justifica-se a proposição investigativa sobre os aspectos relacionados a segurança comunitária a partir da percepção de parte dos seus usuários, por meio de uma pesquisa de campo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Diante de tantos questionamentos a respeito do policiamento comunitário, sobretudo nos comércios, despertou-se o interesse em analisar a aplicação desta filosofia. É válido destacar a importância da polícia militar no combate ao crime e na preservação da ordem pública da comunidade como um todo.

2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O policiamento comunitário traz a sensação de segurança à comunidade a partir de suas frequentes visitas aos comércios, bem como gera sensação de amparo, fortalece o vínculo da polícia com a comunidade, além de tornar a polícia mais apta à prestação de contas. O eixo principal do policiamento comunitário é a comunidade, que precisa de um olhar atento por parte dos mediadores das políticas de prevenção ao crime.

Para Trojanowicz e Bucqueroux, o policiamento comunitário:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ eBUCQUEROUX,1994).

Bayley (1998) redefiniu seu modelo de policiamento comunitário em quatro características fundamentais: realização de consultas à população sobre problemas, prioridades e estratégias de resolução, estratégias policiais voltada para áreas e problemas específicos, mobilização da comunidade para auto-proteção e para resolução de problemas que geram crimes, e foco das ações na resolução de problemas geradores de crime e desordem. Já Wong Sio Chark define “o policiamento comunitário como tendo uma ideia base de juntar-se ou unir-se para salvaguardar a Segurança Pública. As ideias dos autores são bastante próximas, haja vista a finalidade do policiamento comunitário, que é a parceria entre a comunidade e a polícia.

2.2 OBSTÁCULOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

A implantação desse tipo policiamento pode gerar estranheza por parte tanto da polícia quanto da população porque a cultura e a relação dos brasileiros em se tratando de polícia e comunidade apresenta descompassos. Um sentimento positivo sobre essa entidade envolve a percepção sobre tempos ou épocas e acionamentos de ações como respeito, solidariedade, amizade, assim como, seus simétricos opostos; desrespeito, egoísmo e medo (CARDOSO, 2010). Por vezes, essas razões ainda desafiam a Polícia Militar a solidificar essa forma de trabalhar. Apesar destas adversidades, o trabalho está em desenvolvimento e ambas as partes aguardam os resultados dessa parceria.

A colaboração e participação da comunidade é parte da espinha dorsal na introdução do policiamento comunitário nas comunidades, o alto grau de desigualdade econômica, social e marginalização racial implicam dificuldades à aproximação da polícia, os

próprios membros da comunidade podem achar que a polícia seja essencialmente opressora. Entretanto, a essência da filosofia de polícia comunitária se propõe a objetivos inovadores.

O policiamento comunitário gera segurança pública e diminui as taxas de criminalidade, reduz o medo do crime e faz o público se sentir menos desamparado, refaz a conexão da polícia com o público desinformado, levanta a moral policial, e torna a polícia mais sujeita a prestação de contas. Por fim o policiamento comunitário surge como principal alternativa estratégica para as práticas tradicionais, em toda parte, atualmente são consideradas um fracasso. (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, p. 119)

Um olhar mais apurado para essa filosofia, por ser uma visão nova e em adaptação que vem se distribuindo em vários contextos, faz-se necessário com vistas a ampliar os recursos e fornecer materiais destinados ao policiamento comunitário, de modo que essas ações possam subsidiar, monitorar, além de avaliar os resultados das experiências de policiamento comunitário.

2.3 CRIME E SEGURANÇA

A estratégia do Policiamento Comunitário melhora a capacidade da polícia no atendimento à população, além de enfatizar a importância do trabalho policial na comunidade.

Policiamento comunitário é uma filosofia e não uma tática específica; uma abordagem pró-ativa e descentralizada, designada para reduzir o crime, a desordem e o medo do crime através do envolvimento em um período prolongado de tempo. (MOREIRA, 2005 apud PEAKI, 1999, p.78).

É a partir das visitas comunitárias realizadas em escolas, comércios, igrejas e instituições financeiras privadas ou públicas, que a prevenção ao crime é percebida. A integração e proximidade são fatores determinantes da satisfação, em cidades pequenas, onde a polícia é mais próxima dos cidadãos e a criminalidade é menor, a polícia recebe mais confiança (SILVA e BEATO, 2013), as reuniões mensais realizadas com representantes comunitários são outros atos a fim de discutir problemas específicos da

comunidade. Ademais, são nesses encontros que a polícia orienta a comunidade a como se comportar diante de assaltos e ações criminosas, haja vista que a Polícia Militar também desenvolve um trabalho de investigação, a fim de atuar de forma mais eficiente.

2.4 INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE

É a constatação da contribuição que a comunidade pode propiciar às organizações responsáveis pela segurança pública, na solução de conflitos, que pode elevar o aumento da fiscalização, uma vez que a troca de informações entre polícia e comunidade fortalece esse vínculo. O diálogo com a comunidade, envolvendo policiais em eventos cívicos, culturais, escolares e religiosos fortalece a Segurança Pública e promove a paz social, uma vez que os agentes passam a tomar conhecimento dos problemas urbanos nas diversas esferas.

Polícia Comunitária é uma filosofia organizacional que propicia uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área. (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p.04).

Wong Sio Chak afirma em seu texto: A filosofia e modelo de policiamento comunitário, que, “o efeito do serviço de polícia comunitária é exatamente o de prevenção criminal”, tendo essa atividade como conteúdo nuclear, ao passo que os autores do Manual de Policiamento Comunitário (2009) defendem uma participação trina, sendo composta pela polícia Militar, polícia civil e comunidade civil, de maneira que cada uma dessas desenvolva o seu papel na promoção da segurança pública.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação da comunidade com a Polícia Comunitária, a partir de dados de uma pesquisa de campo. Esta pesquisa se caracteriza como

exploratória. Esse tipo de investigação é realizado em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não admite hipóteses que, eventualmente, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa (VERGARA, 2007). A percepção da comunidade usuária dos serviços de policiamento comunitário é um assunto pouco investigado, por isso, abre-se essa lacuna que possibilita esse levantamento inicial.

A escassez de ideias e intuições sobre assuntos muito específicos é o que desperta o interesse do pesquisador, a pesquisa de campo empírica busca formular questões ou um problema, para então, desenvolver hipóteses e familiarizar o pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno que sirva de base para pesquisas futuras, e ainda, modificar e clarificar conceitos (MARCONI e LAKATOS, 2003). Esse fato exige abordagens próprias como uma pesquisa exploratória.

É possível afirmar que boa parte das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, em seu primeiro momento, assume o caráter exploratório, pois falta ao pesquisador uma definição clara do objeto de pesquisa (GIL, 2010). Para tanto, foi elaborado um questionário estruturado com 6 questões que visam captar a percepção dos comerciantes sobre o policiamento comunitário. As questões foram codificadas por uma escala de valor do tipo likert de cinco pontos que variam de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”, sendo que o ponto 3 (três) compreende uma indecisão conforme pode ser visto no **Quadro 1** em anexo, após essa definição, o questionário foi aplicado a alguns proprietários de estabelecimentos comerciais no Município de Formosa-GO.

O levantamento dos dados ocorreu nos dias 17 de março e 26 de abril de 2018, foi feita uma visita *in loco* a 34 estabelecimentos comerciais localizados na Rua Visconde de Porto Seguro onde procedeu-se a aplicação do questionário aos respectivos proprietários que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa, entre os comércios visitados inclui-se lojas de cosméticos, lojas de confecções, drogarias e lojas de calçados. A partir disso, a amostra foi composta por 34 respondentes, sendo caracterizada como uma amostra de conveniência.

A amostragem por conveniência é uma técnica não probabilística que procura obter uma amostra de elementos convenientes selecionados em grande parte pelo entrevistador (MALHOTRA, 2012). Como pontos fortes, o autor destaca: menores encargos financeiros, o menor consumo de tempo e a conveniência. Em relação aos pontos fracos, o

mesmo autor ressalta ser uma amostra não representativa da população, ou seja, não permite generalização e, portanto, tende a ser mais subjetiva.

Os dados foram tabulados em planilha Excel e analisados a partir de uma análise de frequência representada em gráficos de barra com o intuito de explorar o seu potencial informativo resultante da representação visual. Essa análise de frequência foi utilizada com a pretensão de permitir sintetizar as informações melhorando sua visualização. É recomendável que a análise de dados qualitativos se ampare em representações visuais, como gráficos e esquemas, ao invés de modos narrativos (MILES e HUBERMAN, 1984 apud PEREIRA, 2004).

Segundo Pereira (2004, p. 77):

O que se busca num processamento que instrumentalize a análise é sempre a redução de dimensionalidades, ou seja, após ter observado seu objeto em toda sua complexidade por meio de diferentes medidas, interessa ao investigador ter uma medida geral que lhe permita alguma conclusão para seu estudo.

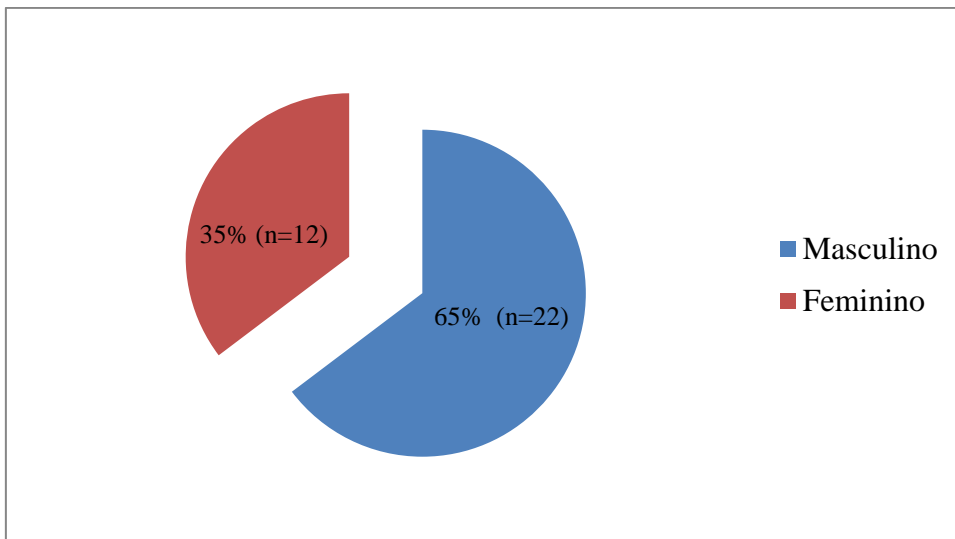
Optou-se por essa forma de processamento devido à estratégia de codificação escolhida para as variáveis em questão. As variáveis deste estudo são do tipo categórica ordinal, as variáveis categóricas ordinais devem ser codificadas de forma que seus códigos representem relações de hierarquia e distâncias aritméticas entre as categorias (PEREIRA, 2004). A partir disso, a análise de frequência mostrará a categoria de maior ocorrência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados foi dividida em duas partes, a primeira é uma síntese demográfica do perfil amostral e a segunda apresenta o resultado individual de cada item do questionário com sua respectiva discussão bibliográfica. Essa lógica facilitará a compreensão dos resultados obtidos neste trabalho.

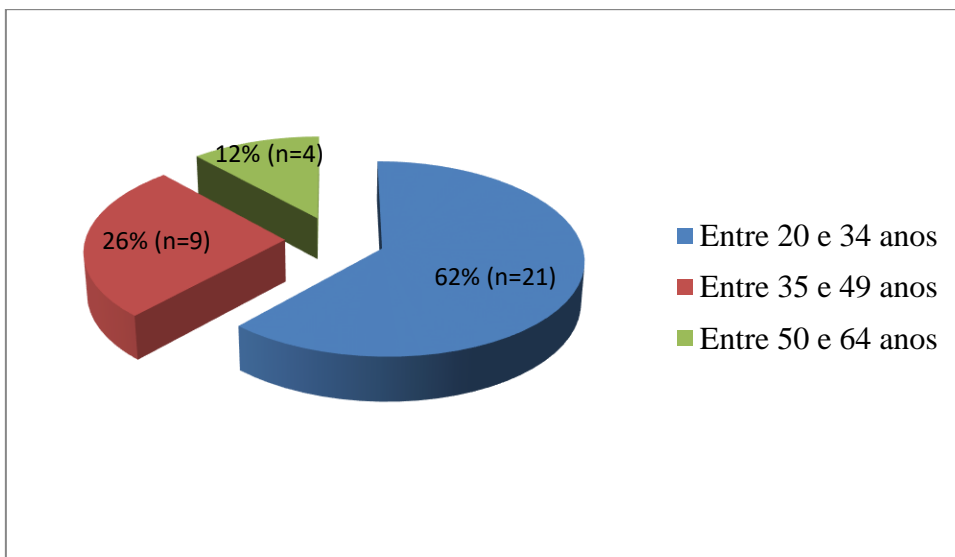
A amostra analisada nesta pesquisa contou com 34 respondentes sendo que 65% (sessenta e cinco por cento) dessas pessoas são do sexo masculino e 35% (trinta e cinco por cento) do sexo feminino conforme representado no **Gráfico 1**. Em relação à faixa etária, 62% (sessenta e dois por cento) delas apresentam idades entre 20 e 34 anos, seguidas por 26% (vinte e seis por cento) com idade entre 35 e 49 anos e uma pequena parte equivalente a 12% (doze por cento) com idade entre 50 e 64 anos conforme mostra o **Gráfico 2**.

Gráfico 1: Sexo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Gráfico 2: Faixa etária.



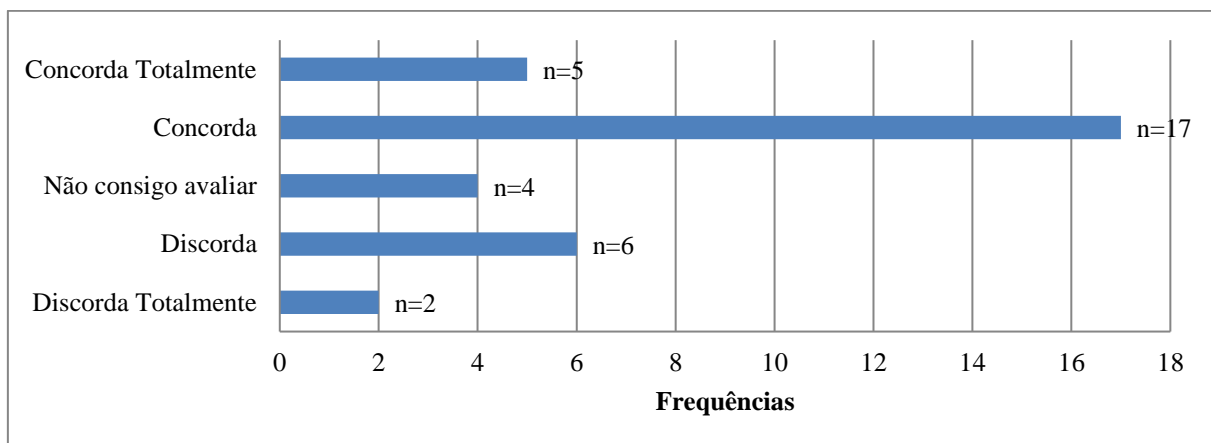
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A percepção dos proprietários de comércio no Município de Formosa-GO sobre o policiamento comunitário foi analisada a partir de uma análise de frequência utilizando o

Excel, as seis afirmações sobre aspectos gerais da sensação de segurança dos participantes da amostra são apresentadas e discutidas na sequência.

A **Questão 1** apresenta uma alta frequência de respostas relativas a concordância sobre o atendimento das necessidades do comércio pelo policiamento comunitário, de forma agregada, o perfil concordante e totalmente concordante somam 64,71% da percepção favorável a sensação de que seus comércios estão seguros, aqueles que discordam junto aos que discordam totalmente somam 23,53% dos casos, seguidos de 11,76% que não conseguem avaliar o atendimento das necessidades do seus comércios conforme ilustrado pelo **Gráfico 3** abaixo.

Gráfico 3: O policiamento comunitário atende as necessidades do meu comércio.



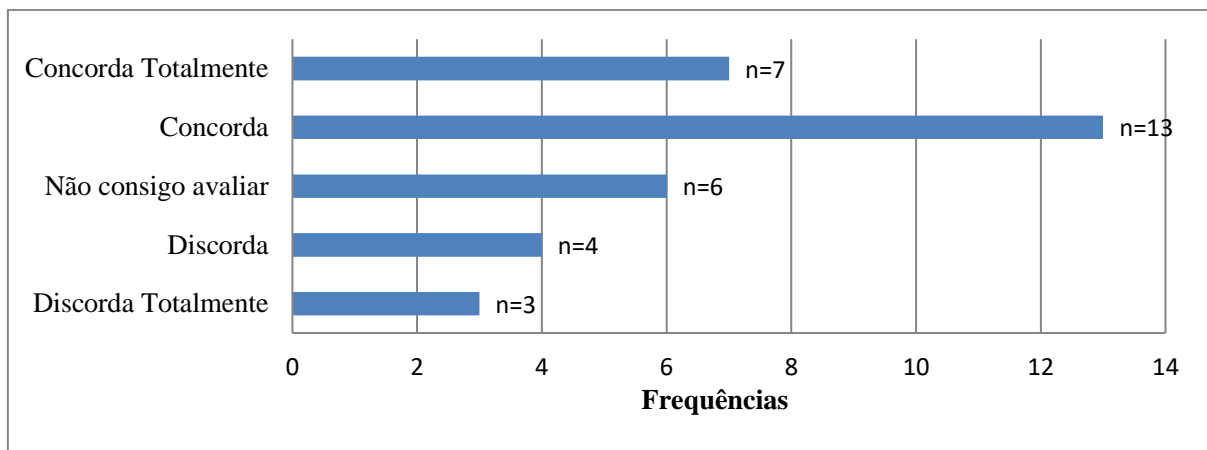
Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essas evidências estão de acordo com o atendimento de expectativas criadas pelas pessoas frente às iniciativas de policiamento comunitário como o que foi alcançado pelo Projeto Institucional Brigada Militar “Polícia Cidadã” que aumentou a sensação de segurança pública no âmbito do município de Sobradinho-RS (DALBERTO e LOPES, 2011). Considerando que a soma das porcentagens daqueles que não souberam avaliar (11,76%) com os (23,53%) dos que discordam e discordam totalmente não superam os 64,71% do conjunto dos respondentes que simplesmente concordam e concordam totalmente, há um indicativo de que o resultado nessa questão esteja extraindo uma avaliação do atendimento a contatos realizados e a percepção do serviço prestado, segundo Silva e Beato (2013), quando essas duas condições de contato direto são atendidas, geralmente tem-se uma avaliação positiva.

Na **Questão 2** houve uma percepção positiva sobre esse aspecto da segurança pública que diz respeito a diminuição de crimes como roubos e furtos ao comércio após a implementação do policiamento comunitário. Entre os 34 respondentes, um deles optou por

não responder, a partir disso, restou analisar a frequência das respostas com base nos 33 que responderam. Assim, a síntese desse aspecto ao reunir os posicionamentos de quem concorda e concorda totalmente com tal afirmação somam 60,6% das vezes, enquanto que, as respostas que se posicionaram discordando e discordando totalmente esteve presente em 21,22% dos casos, por fim, os que não conseguem avaliar a afirmação somam 18,18% das ocorrências como mostra o **Gráfico 4** abaixo.

Gráfico 4: Com a implementação do policiamento comunitário, os roubos e furtos ao comércio diminuiriam.

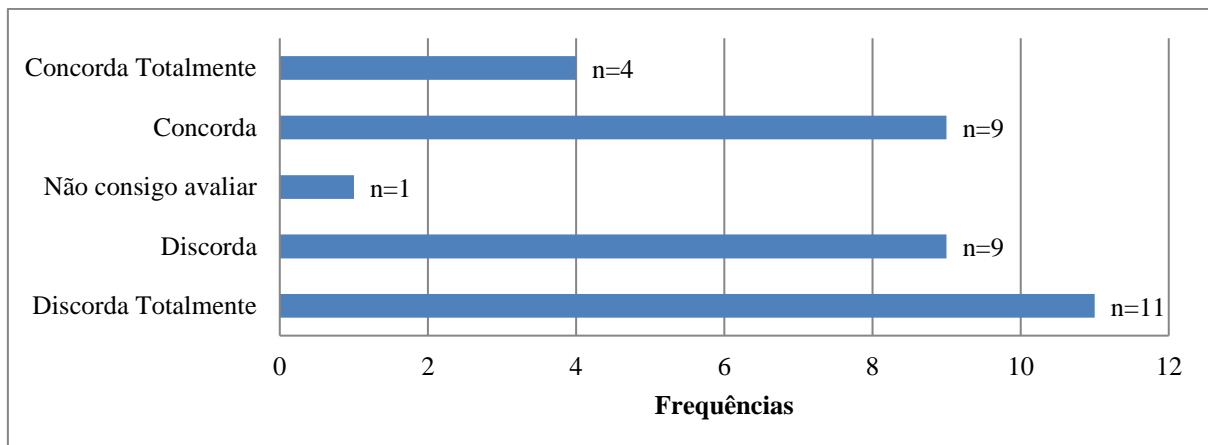


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essa impressão de redução do número de roubos e furtos a que o comércio local pode se sujeitar é um vestígio do atendimento de anseios específicos da área comercial estudada, uma eficiência do policiamento comunitário. Segundo Frey e Czajkowski Jr. (2004) o consenso entre especialistas de segurança pública sobre policiamento comunitário é o de sua alta eficiência em limitar crimes contra o patrimônio e para aumentar a sensação de segurança. Inclusive, essa é uma tendência reconhecida pelos comandantes das forças policiais, Mesquita Neto (2004) identificou que na visão coronéis da Polícia Militar, a redução da criminalidade e o aumento da confiança da comunidade na polícia são as principais evidências da eficácia do policiamento comunitário.

Na **Questão 3** foi verificado a satisfação dos comerciantes com a frequência de visitas recebidas ao comércio. Boa parte dos respondentes optaram por discordar totalmente com esse aspecto, ao agregar essa informação com aquela relativa aos que apenas discordam é possível obter 58,82% de negação, essa porcentagem é ligeiramente superior ao resultado agregado dos perfis “concorda totalmente” e “concorda” que obtiveram 38,24% de aprovação de quesito, seguidos por 2,94% que não conseguem avaliar a situação apresentada conforme **Gráfico 5**.

Gráfico 5: A polícia comunitária tem visitado meu comércio frequentemente.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

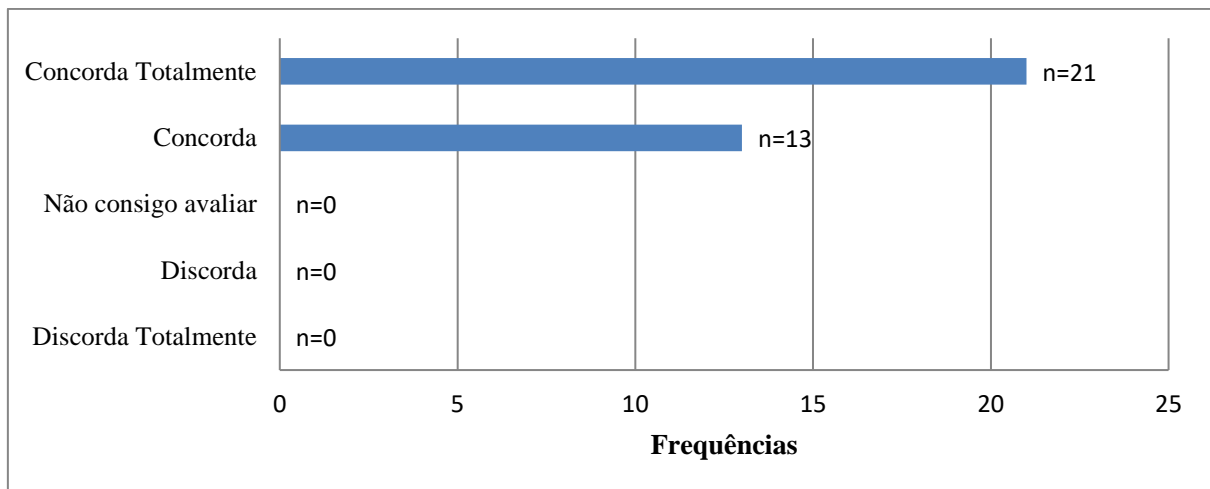
A sensação de atendimento desse aspecto por parte dos usuários do serviço é emblemático porque depende de fatores como o planejamento das rondas, da disponibilidade de efetivo, recursos logísticos e a própria tentativa de aproximação dos atores envolvidos no processo. Com essa observação majoritária dos respondentes fica evidente que há deficiência na proposta de policiamento comunitário, resta saber qual dessas dimensões estratégicas, pois, cada contexto apresenta uma realidade que precisa ser delimitada.

É possível que haja limitações na instituição e pouca participação dos usuários do serviço em reuniões do conselho de segurança, ou ainda, os canais de contato prioritários são desconhecidos, a comunicação parece ser o fator limitante e o caminho integrador de cidadão responsivos e uma polícia que dá respostas, afinal, o policiamento comunitário é um processo antes de ser um produto (SILVA e RIBEIRO, 2015) com vistas ao atendimento de alguns elementos como o envolvimento dos cidadãos, a solução de problemas e a descentralização (SKOGAN, 2006).

A **Questão 4** abordou a noção de valorização do trabalho realizado pelo policiamento comunitário por parte dos comerciantes. As respostas assumiram posições absolutamente favoráveis, a intenção de valorização ficou permeada por 61,76% que concordam totalmente e 38,24% apenas concordam totalizando 100% dos casos observados.

Segundo Mesquita Neto (2004) na visão de quem comanda essas estratégias de segurança, à valorização é uma necessidade dos profissionais de polícia. Para Cardoso (2010) a valorização dessa estratégia de policiamento é fruto da percepção de que as pessoas são merecedoras de atenção da polícia e que são alvo de sua proteção como mostra o **Gráfico 6**.

Gráfico 6: O trabalho da polícia comunitária deve ser valorizado pelos comerciantes.

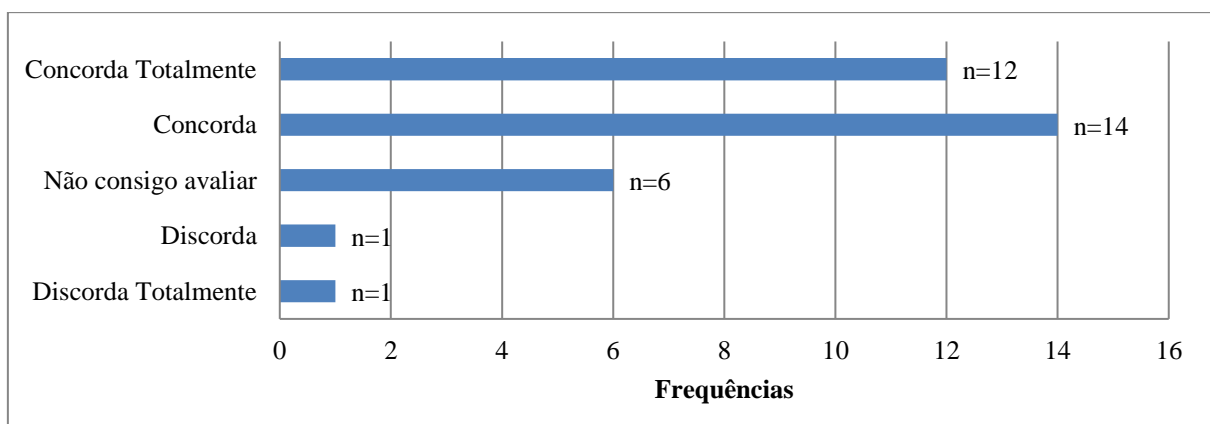


Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A **Questão 5** verificou a percepção sobre a comunicação entre os comerciantes e a polícia sobre os resultados dessa relação. Cerca de 76,47% dos respondentes compõem a fração daqueles que concordam totalmente junto aos que apenas concordam que a comunicação tem trazido resultados positivos na proteção de seus comércios, isso sugere o conhecimento e uso satisfatório dos canais estabelecidos entre esses dois envolvidos no processo.

Apenas 5,88% dos respondentes não acham que a comunicação estabelecida tem produzido bons resultados, seguidos por 17,65% que não conseguem avaliar essa comunicação conforme mostra o **Gráfico 7**, pode ser que desconheçam os canais de contato. Esse resultado predominante parece simbolizar um alto nível de reciprocidade, para Cardoso (2010), essa alta qualificação na comunicação implica numa responsabilização maior das partes envolvidas na promoção da segurança pública.

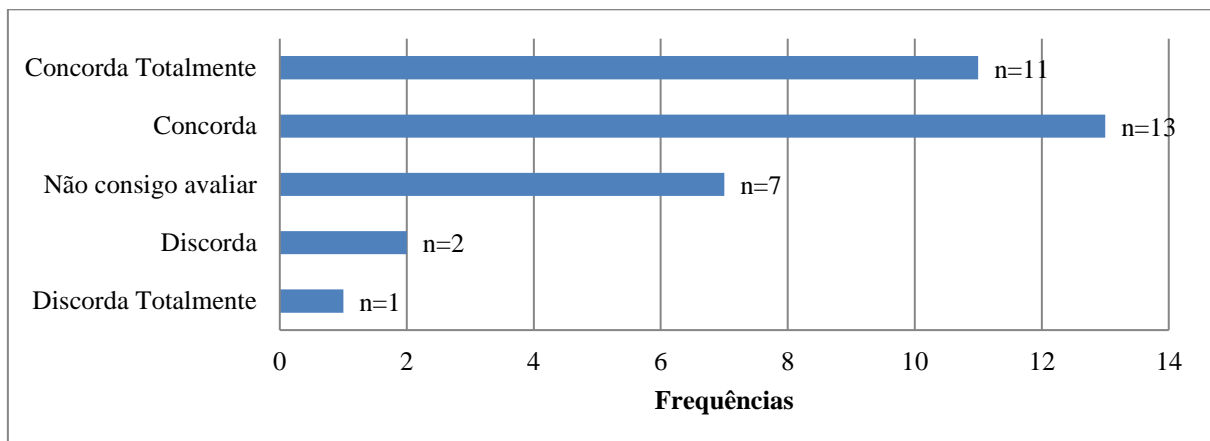
Gráfico 7: A comunicação entre comerciantes e a Polícia Militar tem trazido resultados positivos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A **Questão 6** tratou sobre um assunto relacionado ao uso de tecnologias da informação e comunicação, o uso de algumas ferramentas tecnológicas pelo usuário do serviço geralmente ajuda na prevenção e repressão ao crime. Uma parte significativa, cerca de 70,59% dos respondentes desse item do questionário foram altamente receptivos a ideia de que são atendidos a tempo quando solicitam o serviço via mensagens com uso de tecnologias como ilustrado pelo **Gráfico 8**. Segundo Oliveira et. al. (2016), as tecnologias de informação e comunicação, se bem utilizadas, facilitarão todo tipo de trabalho que é realizado pelos órgãos encarregados da prestação desse serviço tão importante para a sociedade.

Gráfico 8: O uso da tecnologia para fins de comunicação com a polícia tem sido eficiente. Ao enviar uma mensagem, por exemplo, informando a polícia sobre uma ameaça ou algum tipo de delito, tenho sido respondido a tempo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho possibilitou conhecer o estado da relação entre as estratégias de policiamento comunitário em Formosa-GO com uma parte dos seus usuários que são os proprietários de estabelecimentos comerciais. Até então, essa era uma informação pouco conhecida na realidade local estudada e que talvez estivesse presente apenas no ideário de quem planeja tais estratégias e na sensação de segurança compartilhada entre os usuários do serviço. Assim, esta pesquisa atingiu um ponto fundamental, que foi tornar possível o conhecimento do status dessa relação estabelecida entre a atuação policial e a comunidade.

Assim como o policiamento comunitário instituído no contexto espacial de Formosa-GO, o julgamento de sua efetividade pelos seus usuários é uma forma de promover a melhoria contínua das ações de segurança pública. Os usuários são elementos que podem fornecer uma síntese dos aspectos insipientes e que, portanto, não são do conhecimento da força policial atuante em locais específicos, é por isso que a ação preventiva precisa dessa atuação conjunta.

A sistematização desse tipo de informação gera importantes benefícios ao planejamento em segurança pública. A partir dos resultados obtidos com este trabalho, surgem possibilidades reais de fortalecimento da relação do policiamento comunitário com a comunidade usuária de seus serviços, além de oferecer dados para a polícia no sentido de criar estratégias para combater o crime. Os aspectos da segurança que menos satisfazem o grupo estudado como a baixa frequência de visitas do policiamento ao comércio sugerem que a confiança referente a este item precisa ser resgatada. De forma geral, sobressaem os aspectos positivos da forma como a amostra estudada avalia o policiamento, mas os pontos negativos são de suma importância aos dois envolvidos na relação.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junho, p. 7-8, 2002.

ADORNO, Sergio. Reflexões sobre a Anomia na Contemporaneidade. 1998, p. 24.

BARLEY, David. Padrões de Policiamento. São Paulo: EDUSP, 2001. 267 p.

BRASIL, **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**, Violência Doméstica. PERLMAN, Janice. **Cidades são Ótimas**. São Paulo. Revista Veja, abril, 1994.
WILHEIM, Jorge. Projeto São Paulo. **Propostas para a Melhoria da Vida Urbana**.

_____, **Decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940**, Código Penal Brasileiro.

_____, **Decreto Lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1940**, Lei das Contravenções Penais.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_comunit%C3%A1ria>. Acesso em 29 de janeiro de 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARDOSO, Marcus. **Como morre um projeto de policiamento comunitário**: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. 2010. 352 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARVALHO, Glauber da Silva. **Policiamento Comunitário – origens**. São Paulo, POLICIALESP, Apostila, 1998.

<<http://www.pm.go.gov.br/PoliciaComunitaria/centropmc.php?link=5>>. Acesso em 27 de jan 2018.

DALBERTO, J. J.; LOPES, L. F. D. **O projeto polícia cidadã da brigada militar contribuindo para o aumento da sensação de segurança pública no município de Sobradinho**. 2011. 19 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal), Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Pólo de Educação Superior de Sobradinho da UAB/UFSM, Sobradinho, 2011.

DIAS NETO, Theodomiro. Comunitário e controle sobre a Polícia: a experiência norte americana. São Paulo, IBCCRIM, 2000.

FREY, Klaus.; CZAJKPWSKI Jr., Sérgio. O município e a segurança pública: o potencial da governança democrática urbana. **Revista de Administração Pública**. v. 39, n. 2, março/abril, 2005, p. 297-323.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**.5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Tradução de Lene Belon Ribeiro, Monica Stefani. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**.5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, **CURSO NACIONAL DE MULTIPLICADOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA**.- 5º ed. Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Pública.2012.

MOORE, Mark H. **Policamento Comunitário e Policamento para a Solução de Problemas**. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.). **Policamento Moderno**. São Paulo: Edusp,2003.

MURPHY, Patrick V.. Grupo de Trabalho Para Implantação da Polícia Comunitária, 1993. P. 03.

NETO, P. M. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em perspectiva**. v. 18, n. 1, 2004, p. 103-110.

OLIVEIRA, J. S.; GRUBER, V.; MARCELINO, R.; LUNARDI, G. M. As tecnologias da informação e comunicação na gestão administrativa e operacional da segurança pública. In: Spanhol, F. J.; Lunardi, G. M.; Souza, M. V. (Orgs.). **Tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 43-53.

PEDROSO FILHO, Otávio Ferreira. *Polícia comunitária*. São Paulo, Monografia, 1995.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEMEDO, J. M. P. **O policiamento nas redes sociais no âmbito da prevenção e investigação criminais**.

SILVA, D. S.; RIBEIRO, L. M. L. Polícia comunitária em Belo Horizonte: a hora e a vez dos estabelecidos. In: IV ENADIR, 4, 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, USP, 2015. Disponível em: <http://www.enadir2015.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=13>. Acesso em 02 maio 2018.

SILVA, G. F.; BEATO, C. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 19, n 1, p. 118-153, Junho. 2013.

SILVA, Jorge da. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

SKOGAN, Wesley G. The promise of community policing. In: WEISBURD, David; BRAGA, Anthony A. (orgs.). *Police innovation: Contrasting perspectives*. Cambridge University Press, 2006. p. 27-44.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões práticas através do Mundo**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.- (Série Polícia e Sociedade; n.06 / Organização: Nancy Cardia).

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEIROUX, Bonie. **Policiamento Comunitário, Como Começar**. Rio de Janeiro, Policial ERJ, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXO 1

1) Para cada uma das afirmações abaixo coloque uma NOTA:

- 1 se você **NUNCA FAZ** a afirmação apresentada
- 2 se você **DIFICILMENTE FAZ** a afirmação apresentada
- 3 se você **NÃO CONSEGUE AVALIAR** a afirmação apresentada
- 4 se você **FREQUENTEMENTE FAZ** a afirmação apresentada
- 5 se você **SEMPRE FAZ** a afirmação apresentada

Se não souber responder alguma das afirmações, por favor, deixe em branco.

	Nota
1 O policiamento comunitário atende as necessidades do meu comércio.	
2. Com a implementação do policiamento comunitário, os roubos e furtos ao comércio diminuíram.	
3. A polícia comunitária tem visitado meu comércio regularmente.	
4. O trabalho da polícia comunitária deve ser valorizado pelos comerciantes.	
5. A comunicação entre comerciantes e a Polícia Militar traz resultados positivos.	
6. O uso da tecnologia para fins de comunicação com a polícia tem sido eficiente. Ao enviar uma mensagem, por exemplo, informando a polícia sobre uma ameaça ou algum tipo de delito, tenho sido respondido a tempo.	

2) Questões sociodemográficas

Sexo:

() Masculino () Feminino

Faixa etária:

() Entre 20 e 34 anos () Entre 35 e 49 anos () Entre 50 e 64 anos () Acima de 64 anos